

Processo n.º: 2.530/1998 (2 vols.) (b).

Apenso: n.º 082.000.105/1998.

Origem: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Assunto: Aposentadoria.

Ementa: Aposentadoria de MARCIO BAIOCCHI FRACARI, matrícula nº 60.719-3, no cargo de Professor, Classe Única, Nível 3, Padrão 18I, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "c" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112/90, com as vantagens do art. 1º e Parágrafo Único, do art. 7º da Lei 1.004/96, de acordo com o ato publicado no DODF de 06.03.98, retificado por ato publicado no DODF de 25.05.98.

. Concessão considerada legal com recomendações (Decisão nº 2.698/01 – fls. 278).

. Verificação do atendimento das recomendações em sede de auditoria levada a efeito nos autos do Processo nº 10.300/11. Cumprimento (Decisões nºs 1.740/12 e 3.645/13).

. Secretaria de Estado da Educação solicita análise e manifestação desta Corte de Contas acerca de pleito de revisão de padrão formulado pelo inativo, em face do reconhecimento de sua condição de anistiado político pelo Ministério da Justiça (fls. 257, 417 , 419/421 e 424).

. Secretaria de Fiscalização de Pessoal manifestou-se pelo não conhecimento do requerimento formalizado perante o Órgão jurisdicionado, com fundamento nos arts. 221 do RITCDF e 16 da Resolução nº 101/98-TCDF (fls. 314/317).

. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do DF (fls. 321/324).

. Acolhimento das sugestões ofertadas pela Unidade Técnica. Ciência da decisão à Secretaria de Estado de Educação.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da aposentadoria de **Márcio Baiocchi Fracari**, nos termos mencionados na ementa.

Na presente etapa processual aprecia-se requerimento formulado perante a **Secretaria de Estado de Educação** (fls. 257-apenso), no qual o inativo pede que este Tribunal se manifeste acerca da **revisão de enquadramento do padrão 18I para 25I**, *"tendo em vista decisão da Comissão de Anistia do Ministério de Justiça, em anexo, publicada no DOU nº 24 de*



04/02/2010, Seção 1, Página 38, Item 48, cópia anexa, na qual foi ratificada a minha condição de anistiado político, condição esta "negada" pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao não reconhecer a contagem do tempo de serviço de **05/05/79 a 23/05/85** como tempo de serviço prestado à FEDF....."

Da instrução formulada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal, tenho por necessário reproduzir o que segue:

"5. Verifica-se que, de fato, houve o reconhecimento e ratificação, pelo Ministério da Justiça, da condição de anistiado político do referido servidor, consoante publicação no DOU de 04/02/2010, nos termos do Requerimento de Anistia nº 2002.01.07313, in verbis:

"Nº 48 - Ratificar a condição de anistiado político de MARCIO BAIOCCHI FRACARI, portador do CPF nº 055.250.471-87, e indeferir os demais pedidos nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002."

6.0 interessado recorreu à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em face de o Tribunal não reconhecer a contagem de tempo de serviço inerente ao período de 05/05/79 a 24/05/85 para todos os efeitos, que trata do interregno entre a sua demissão e posterior readmissão do servidor, com base em acordo coletivo de trabalho¹ (Decisão nº 5112/99), motivo pelo qual o servidor optou por averbar idêntico período de iniciativa privada consignado em certidão expedida pelo INSS, na forma sugerida pela Corte mediante Decisão nº 7848/99 (fl. 253), o que permitiu, por conseguinte, que sua concessão fosse considerada legal, para fins de registro, pelo Tribunal, conforme Decisão nº 2698/01 (fl. 278).

7. Ressalte-se que, nos termos do art. 1º da Lei Complementar n.º 01/94, compete ao Tribunal apreciar, para fins de registro, a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, **ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório**. Ora, a presente demanda originou-se, em verdade, de pleito administrativo que pretende rever e majorar o tempo de contribuição considerado para fins de aposentadoria, o que, por conseguinte, poderá produzir reflexos no fundamento legal do ato concessório já apreciado e considerado legal pela Corte.

¹SÚMULAS DE JURISPRUDÊNCIA - ENUNCIADO 94. Aposentadoria, tempo entre demissão e readmissão. Não se conta, para efeito de aposentadoria, o tempo em que o servidor esteve demitido e foi readmitido, por força de acordo coletivo de trabalho da categoria.



8. Desta feita, não havendo, no momento, ato de revisão, com reflexos no fundamento legal da concessão, a ser submetido ao crivo desta Corte de Contas, o pleito administrativo do servidor deve ser analisado pelo órgão de origem, sobre o qual o Tribunal, no exercício do controle externo, não pode se manifestar.

9. Conforme reza o artigo 221 do Regimento Interno do TCDF, o "Tribunal não conhecerá de requerimentos referentes à expedição de quaisquer dos atos referidos no Capítulo V do Título VI deste Regimento", inerentes à "fiscalização dos atos sujeitos a registro", cuja regulamentação está disciplinada nas Resoluções n.ºs. 101/98 e 219/11.

10. Ademais, os requerimentos de benefícios de aposentadoria, reformas e pensões, e respectivas revisões, devem ser apreciados pela própria Administração, não cabendo, portanto, ao TCDF exercer o papel do gestor. É o que preceitua o **art. 16** da referida **Resolução-TCDF n.º 101/1998**, in verbis:

Art. 16. O Tribunal, no exercício de suas funções de controle externo, não protocolizará requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção dos benefícios de que trata esta Resolução.

11. Por fim, convém esclarecer ao gestor daquela secretaria que as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares, em matéria de competência desta Corte, podem ser submetidas à apreciação do Tribunal, mediante consulta, desde que observados os termos do artigo 194 do RI/TCDF, e que, apesar de não reconhecer, para fins de aposentadoria, o tempo entre a demissão e a readmissão de servidor por força de acordo coletivo de trabalho da categoria, consoante Enunciado n.º 94 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte, nos termos das Decisões n.ºs. 1865/13 e 1983/13, proferidas, respectivamente, nos Processos n.ºs. 356/04 e 12.137/05, o Tribunal tem reconhecido, para todos os efeitos legais, os períodos de anistia, desde que atendidos os requisitos formais previstos no art. 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988 e na respectiva legislação regulamentadora.

Pelo exposto e tendo em vista os termos do art. 1º, II, "c", da Resolução-TCDF n.º 140/01, redação dada pelas Resoluções n.ºs 174/06 e 229/11, encaminham-se os autos à elevada consideração de Vossa Excelência e sugere-se ao Tribunal:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

I) não conhecer do requerimento apresentado, na Secretaria de Estado de Educação, pelo Sr. MARCIO BAIOCCHI FRACARI, por falta de competência do Tribunal para apreciar o pleito do servidor, nos termos dos arts. 221 do RI/TCDF e 16 da Resolução/TCDF nº 101/98;

II) esclarecer ao Secretário de Estado de Educação do DF que:

a) as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares, em matéria de competência desta Corte, podem ser submetidas à apreciação do Tribunal, mediante consulta, desde que observados os termos do artigo 194 do RI/TCDF;

b) quando da análise do requerimento do servidor (fls. 257/274 do Processo GDF nº 082.000.105/98), observe que o Tribunal, nos termos das Decisões nºs. 1865/13 e 1983/13, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs. 356/04 e 12.137/05, tem reconhecido, para todos os efeitos, os períodos de anistia, desde que decorrentes de processos em que se tenham por atendidos os requisitos formais previstos no art. 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988 e na respectiva legislação regulamentadora.

III) autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos autos apensos à origem.

Em parecer convergente, o Ministério Público de Contas manifestou o seguinte entendimento:

"8. Prefacialmente, registro que este **Parquet** especializado possui entendimento congruente ao esposado pelo Corpo Instrutivo em seu documento técnico. Nada obstante, não é despiciendo perpassar alguns pontos principais do caso em tela, de forma a dirimir quaisquer eventuais dúvidas que ainda possam subsistir sobre a questão.

9. Foi submetido ao c. **TCDF** pleito do ex-servidor quanto à revisão de padrão na fundamentação legal de sua aposentadoria, em razão do reconhecimento de sua condição de anistiado político pela **Comissão de Anistia do Ministério da Justiça** (fls. 258/274 - apenso).

10. Contudo, conforme bem apontado pela Área Técnica, a demanda do ex-servidor reside na revisão e majoração do seu tempo de contribuição com o consequente reflexo em sua aposentadoria, bem como no fundamento legal do seu ato concessório, já apreciado e considerado legal por esta c. **Corte de**



Contas.

11. Nesse ponto, impende registrar que **não** há qualquer ato de revisão nos autos, com potencial reflexo na fundamentação legal do ato concessório, a ser submetido à apreciação do e. **TCDF**, motivo pelo qual, no exercício de sua **competência como órgão de controle externo**, auxiliar do Poder Legislativo, **não** pode se manifestar sobre o pleito em tela.

12. Ora, o inciso III do art. 1º da Lei Complementar nº 1/1994 é eficientemente elucidativo nesse mesmo sentido, haja vista a expressa **vedação** no que concerne à **alteração do fundamento legal do ato concessório**, conforme se verifica do texto do dispositivo transcrito abaixo:

"Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

III - **apreciar, para fins de registro, a legalidade** dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a **das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;**(...)" (Sem destaques no original).

13. Por óbvio, não se pode olvidar, tal análise específica não diminui em qualquer aspecto a incontroversa possibilidade de revisão **ex officio**, em plena obediência ao princípio de autotutela que rege a Administração Pública, expressamente previsto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999 e consagrado pelas Súmulas nºs 346 e 473 da **Excelso Corte**.

14. Contudo, a revisão aventada pelo ex-servidor pleiteante **não** se coaduna com a possibilidade de revisão da r. Decisão nº 4.021/2002, mormente em razão da esfera de competência deste e. **Tribunal não** abarcar os requerimentos de benefícios de aposentadoria, reforma e pensões, e respectivas revisões, cuja apreciação **deve ser feita pelo próprio órgão de origem**, conforme dispõe o art. 16 da Resolução-TCDF nº 101/1998, que regulamenta o



art. 221 do RITCDF, *in litteris*:

"Art. 16. O Tribunal, no exercício de suas funções de controle externo, não protocolizará requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção dos benefícios de que trata esta Resolução".

15. Ainda, por entender bastante salutar o esclarecimento feito pelo Corpo Instrutivo em seu documento técnico, transcrevo o excerto correspondente abaixo de forma a repisar tal orientação:

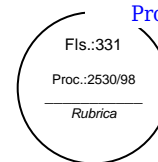
"Por fim, convém esclarecer ao gestor daquela secretaria que as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares, em matéria de competência desta Corte, podem ser submetidas à apreciação do Tribunal, mediante consulta, desde que observados os termos do artigo 194 do RI/TCDF, e que, apesar de não reconhecer, para fins de aposentadoria, o tempo entre a demissão e a readmissão de servidor por força de acordo coletivo de trabalho da categoria, consoante Enunciado nº 94 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte, nos termos das Decisões nºs. 1865/13 e 1983/13, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs. 356/04 e 12.137/05, o Tribunal tem reconhecido, para todos os efeitos legais, os períodos de anistia, desde que atendidos os requisitos formais previstos no art. 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988 e na respectiva legislação regulamentadora". (Fls. 316/317).

16. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas converge** com a análise feita pela percuente Unidade Técnica, a fim de que o e. **Plenário** acolha *in totum* as sugestões contidas na Informação nº 143/2013 - SEFIPE/GAB."

É o relatório.

VOTO

Depreende-se do requerimento de fls. 257 - apenso que o inativo pretende ver contado, para todos os efeitos, o período de 05.05.1979 a 23.05.1985, no qual estava vinculado à extinta **Fundação Educacional do DF**. Sua pretensão decorre do reconhecimento, por parte da Comissão de Anistia do



Ministério da Justiça, de sua condição de anistiado político (fls. 262 e 263- apenso).

Verifico que o requerente, embora Professor, foi aposentado percebendo proventos proporcionais, por contar com 31 anos e 2 dias de serviço. Portanto, inativou-se com fundamento na regra comum.

Assim sendo, o eventual acolhimento da pretensão versada no documento de fls. 257 do apenso, entre outros benefícios, implicará na alteração do fundamento legal da concessão, pois ao tempo de contribuição já apurado serão incorporados mais 6 (**seis**) anos o que, no caso concreto, possibilitará a integralização dos proventos.

Se esta é a realidade, assim como a Unidade Técnica e o *Parquet* Especial, entendo que o pleito em tela deve, preliminarmente, ser analisado pelo Órgão de origem, por faltar competência a esta Corte de Contas para apreciar requerimentos desta natureza. É o que deflui das seguintes disposições legais:

a) art. 16 da Resolução nº 101/1998-TCDF:

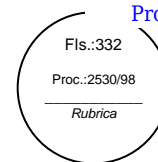
"Art. 16. O Tribunal, no exercício de suas funções de controle externo, não protocolizará requerimento que lhe seja diretamente dirigido por interessado na obtenção dos benefícios de que trata esta Resolução."

b) art. 221 do RITCDF (Resolução nº 38/90):

"Art. 221. O Tribunal não conhecerá de requerimentos referentes à expedição de quaisquer dos atos referidos no Capítulo V do Título VI deste Regimento." (Aposentadorias, Reformas, Pensões, Admissão de Pessoal)

Destarte, considerando os termos da instrução e do parecer ministerial, que adoto como fundamento de decidir, **VOTO** no sentido de que e. Plenário:

- I - não conheça do requerimento formalizado pelo Senhor **MARCIO BAIOCCHI FRACARI**, perante a **Secretaria de Estado de Educação do DF**, por faltar competência a este Tribunal para apreciar pleitos destinados à obtenção de benefícios, cuja apreciação inicial e eventual deferimento são de competência do órgão de origem (arts. 221 do RI/TCDF e 16 da Resolução/TCDF nº 101/98);
- II - esclarecer ao Senhor Secretário de Estado de Educação do DF que:
 - a) as dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais ou regulamentares, em matéria de competência



desta Corte, podem ser submetidas à apreciação do Tribunal, mediante consulta, desde que observados os termos do artigo 194 do RI/TCDF;

- b)** quando da análise do requerimento do servidor (fls. 257/274 do Processo GDF nº 082.000.105/98), observe que este Tribunal, nos termos das Decisões nºs. 1.865/13 e 1.983/13, proferidas, respectivamente, nos Processos nºs. 356/04 e 12137/05, tem reconhecido, para todos os efeitos, os períodos de anistia, desde que decorrentes de processos em que foram atendidos os requisitos formais previstos no art. 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988 e na legislação que disciplina à espécie;

- III -** autorize o arquivamento do feito e a devolução do apenso à origem.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2014.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator